



Tese nº 21

Tema: Fortalecimento do FNDC

Identificação: Fortalecer o FNDC

Autoria: Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

À XVI Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)

1. O FNDC surge como movimento social em decorrência das lutas por uma comunicação democrática desenvolvidas no período que desaguou na Assembleia Nacional Constituinte, no final década de 1980.
2. Tais lutas anteriores foram marcadas pelos embates em defesa da Lei da Informação Democrática, que não prosperou.
3. Da Constituinte resultou a criação do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, única vitória das forças democráticas da comunicação.
4. A Constituição aprovada nada assegurou quanto às normas necessárias para a regulamentação da comunicação. Limitou-se aos conhecidos artigos, em torno dos quais gravitou a maioria dos movimentos sociais, nos anos posteriores.
5. A constatação dessa fragilidade constitucional levou à consolidação do FNDC, no período pós-Constituinte. Percebeu-se que a luta advinda transcendia os interesses corporativos e/ou de entidades.
6. Daí que o FNDC surge, portanto, não como uma aglutinação de interesses autônomos ou como arena de formulações restritas, mas como uma entidade que se propunha a ser norteadora da luta nacional pela democratização da comunicação.
7. Para isso, organizou-se em comitês regionais, para onde afluíram entidades, movimentos, organizações e pessoas comprometidas com a sua causa. Disso resultaram seus eixos estratégicos, a saber: 1) construção do controle público, base de relações democráticas substantivas; 2) reformulação do sistema de comunicações; 3) capacitação da sociedade para o conhecimento e a ação; 4) definição de uma política para a Cultura.
8. Os conteúdos desses eixos fundamentam-se na percepção de que a luta pela democratização da comunicação não é um esforço com fim previsível. Trata-se de um processo de formulação, articulação e consolidação de políticas públicas, atentas às mudanças tecnológicas e aos efeitos e sociabilidades informados pelas novas mídias.
9. A luta pela democratização da comunicação requer capacidade de reflexão sobre a problemática da comunicação e a complexidade das tarefas necessárias. Deve superar a mobilização em torno de projetos prontos e a assimilação acrítica de palavras de ordem grandiloquentes.
10. A “batalha do cabo”, que resultou na lei regulamentadora da transmissão de TV por cabo, ilustra de modo pertinente a prática política do FNDC: viabilizou-se a interlocução entre a sociedade civil, as empresas e o Estado, com as decisões sendo balizadas por opções estratégicas. Totalizantes, portanto.
11. Lutava-se, na época, contra a atomização e fragmentação que caracterizavam as decisões do setor, seja pelas características dos marcos legais existentes, seja pela prática patrimonialista vigente nas relações entre o Estado e as empresas de comunicações.

12. Embora esta prática patrimonialista tenha sido eliminada nos moldes em que ocorria, a persistência da atomização e da fragmentação das decisões, associadas à permanência de leis anacrônicas e igualmente fragmentadas, tende a reproduzir situações que, na prática, produzem resultados frequentemente distantes dos interesses sociais.
13. O tratamento dispensado pelo Governo Federal às políticas públicas de comunicação – independentemente do titular do Ministério das Comunicações – demonstra a ausência de uma estratégia nacional para o setor.
14. As soluções adotadas, por exemplo, para as problemáticas da digitalização, da regulação das TVs por assinatura frente ao crescimento das chamadas teles ou mesmo as proposições para a implantação da banda larga – todas elas abrigam uma flagrante ausência de pensamento estratégico.
15. De modo geral, os movimentos sociais não têm percebido isto, focando suas mobilizações em demandas segmentadas e/ou setoriais. De modo geral, os movimentos sociais têm sido guiados pelas demandas governamentais.
16. O FNDC tem procurado agir de modo diverso, defendendo uma abordagem totalizante. Sustenta, por isso, que as políticas públicas de comunicação devem constituir-se como um processo regulatório, articulando nexos sociais, culturais, tecnológicos e políticos. Neste caso, cabe lembrar as contribuições da Confecom, que não devem ser esquecidas. E destaca a sua proposta para um marco regulatório.
17. Abdicar de buscar de tais nexos equivale a capitular para uma visão de mundo fragmentada e que investe contra as possibilidades humanas de impor-se ao acaso e de estabelecer seus destinos.
18. Malgrado suas dificuldades e limitações conjunturais, o FNDC avançou significativamente. Cabe-lhe boa parte dos méritos pela realização da Confecom, quando seus dirigentes enfrentaram e venceram as resistências à sua realização. É improvável que a Confecom tivesse ocorrido sem a atuação do FNDC.
19. As vitórias e derrotas do FNDC devem ser examinadas à luz dessa estratégia, que busca construir rumos sem abdicar de uma análise totalizante, vinculada aos interesses públicos.
20. O fortalecimento do FNDC reclama o fortalecimento dessa postura estratégica. São muitas e sabidas as propostas de mobilizações e de organização. Elas vêm se repetindo nas nossas reuniões e Plenárias.
21. Entretanto, deixamos de adotá-las, muitas vezes, porque dirigimos nossas energias para questões pontuais. Nessa marcha, deixamos de organizar a “marcha sobre Brasília”, como ápice de uma mobilização municipal, regional e nacional em torno do marco regulatório – tal como fora decidido.
22. Favorecido pelo ingresso de novas organizações e movimentos, que o reconhecem como a entidade catalisadora das forças comprometidas com a democratização da comunicação, o FNDC deve dar consequência à sua estratégia.
23. Deve absorver de forma construtiva as tensões decorrentes de visões políticas parcialmente diferenciadas, dirigindo-as para um novo período de formulações político-teóricas.
24. Deve apresentar à sociedade propostas factíveis para cada uma das problemáticas das comunicações. Isto implica em adotar posturas que não sejam contraditórias entre si.
25. Assim como saudamos a pluralidade e a diversidade, não abrimos mão de adotarmos políticas unificadas e mutuamente solidárias.